

## HERANÇA DIGITAL E A NECESSIDADE DA NORMATIZAÇÃO PATRIMONIAL E EXTRAPATRIMONIAL DOS BENS DIGITAIS

Brenda Coelho Valadares<sup>1</sup>  
Calânico Sobrinho Rios<sup>2</sup>

### RESUMO

O presente trabalho versa sobre a necessidade da normatização patrimonial e extrapatrimonial da herança digital no ordenamento jurídico brasileiro. Neste intuito a questão problema que orienta a pesquisa é a seguinte: analisando todo o patrimônio e acervo pessoal gerado na herança digital, de que forma se faz necessária a normatização para que haja sua preservação? O objetivo central do trabalho é compreender essa herança digital, visando sua implementação no ordenamento jurídico brasileiro. Especificamente demonstrar a necessidade da normatização da herança digital a fim de facilitar o cotidiano e as relações quanto a esse tema, bem como compreender a propriedade intelectual e os bens adquiridos virtualmente, para que possam ser transmitidos em sua totalidade ou parcialmente aos herdeiros, e ainda mostrar o legado e suas possibilidades na herança digital, com o intuito de especificar suas formas. O trabalho tem como finalidade trabalhar o novo conceito de herança para sua introdução no ordenamento jurídico brasileiro. Por meio da pesquisa bibliográfica, observou-se inexistirem normas legais alusivas ao tema (herança digital) e, com efeito, o hiato legislativo traz prejuízos a muitas pessoas. Em sede de conclusão, entende-se que o legislador pátrio precisa, urgentemente, regulamentar a matéria.

**PALAVRAS-CHAVE:** herança digital; normatização; propriedade virtual; modernidade; direito eletrônico.

### ABSTRACT

The present work deals with the need for equity and off-balance sheet standardization of digital inheritance in the Brazilian legal system. To this end, the problem question that guides the research is the following: analyzing all the patrimony and personal collection generated in the digital heritage, in what way is the standardization necessary for its preservation? The main objective of the work is to understand this digital heritage, aiming at its implementation in the Brazilian legal system. Specifically, demonstrate the need for the standardization of digital inheritance in order to facilitate everyday life and relationships on this topic, as well as to understand the intellectual property and assets acquired virtually, so that they can be transmitted in whole or in part to the heirs, and also show the legacy and its possibilities in digital heritage, in order to specify its forms. The purpose of this work is to work on the new concept of inheritance for its introduction in the Brazilian legal system. Through bibliographic research, it was observed that there are no legal norms referring to the theme (digital inheritance) and, in effect, the legislative gap

<sup>1</sup> Bacharel em Direito pela Faculdade de Direito do Vale do Rio Doce (Fadivale).

<sup>2</sup> Doutor em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas). Mestre em Direito pela Universidad Autónoma de Asunción. Pós-Graduado em Direito Civil e Processo Civil pela Faculdade de Direito do Vale do Rio Doce. Bacharel em Direito pela Universidade Católica do Salvador. Professor de Direito e Membro do Colegiado do Curso da Faculdade de Direito do Vale do Rio Doce. Professor de Pós-Graduação da Faculdade de Direito Milton Campos. Membro do Instituto Brasileiro de Direito de Família (IBDFAM). Advogado.

brings losses to many people. In conclusion, it is understood that the national legislator urgently needs to regulate the matter.

**KEYWORDS:** digital inheritance; standardization; virtual property; modernity; electronic law.

## **SUMÁRIO**

**1 INTRODUÇÃO. 2 ASPECTOS GERAIS DA HERANÇA DIGITAL. 3 A NECESSIDADE DA NORMATIZAÇÃO DA HERANÇA DIGITAL. 4 A PROPRIEDADE INTELECTUAL E OS BENS ADQUIRIDOS VIRTUALMENTE. 5 O LEGADO E SUAS POSSIBILIDADES NA HERANÇA DIGITAL. 6 CONCLUSÃO. REFERÊNCIAS.**

## **1 INTRODUÇÃO**

Este trabalho contempla o tema a respeito da herança digital, de forma delimitada abordam-se os aspectos gerais e jurídicos que envolvem o assunto.

A vida em sociedade muda a todo tempo, hoje vive-se a era digital, a internet nunca foi tão demandada como atualmente, as relações afetivas, as compras e até mesmo fontes de renda familiares estão se formando nas redes sociais, e, nesse mundo virtual, os atos cotidianos são realizados digitalmente com a intenção de facilitar e trazer praticidade em um dia a dia tão corrido.

Ao se refletir sobre o mundo virtual, em uma era globalizada, tem-se que pensar que os arquivos armazenados nos servidores, as bibliotecas virtuais, e todos os conteúdos de toda uma vida construída na internet acabam por tornar-se parte da propriedade do indivíduo e, por conseguinte, deve-se considerar sua herança virtual.

Nesse contexto, a formulação do problema que orienta a pesquisa é a seguinte: analisando todo esse patrimônio e acervo pessoal, de que forma se faz necessária a normatização para que haja a preservação da herança digital?

Dessa forma, o estudo trabalha com as hipóteses da normatização da herança digital face a sua preservação tendo em vista que o legislador brasileiro deve legislar e instituir a herança digital no ordenamento jurídico brasileiro, delimitando seus aspectos e estipulando regras para seu gozo na sociedade.

A propriedade também deve ser fonte de pesquisa, para que se possa analisá-la de forma a definir os bens intelectuais que são os considerados extrapatrimoniais e os bens de valor econômico que agrega o patrimônio em dinheiro.

Importante ainda salientar a respeito do legado e todas as suas formas e possibilidades nesse novo modelo de herança, analisando ainda sua forma de transmissão, para que haja a preservação da vontade do “de cujus” e os direitos dos herdeiros.

Sendo assim, o objetivo geral do trabalho é analisar de que forma se faz necessária a normatização da herança digital para que haja sua preservação, levando em conta seu acervo pessoal e seu patrimônio.

Especificamente, pretende-se demonstrar a necessidade da normatização da herança digital, bem como compreender a propriedade intelectual e os bens adquiridos virtualmente e ainda mostrar o legado e suas possibilidades na herança digital. A relevância da presente pesquisa está no fato da crescente modernização e utilização da internet como meio de consumo, e com as constantes relações afetivas se desenvolvendo e permanecendo na internet, portanto a herança virtual, é um tema de muita relevância e que envolve as relações do cotidiano, não podendo o legislador se omitir, devendo ser analisada, discutida e trazida para o ordenamento jurídico brasileiro, em que o legislador defina suas limitações e que possa ser aplicada dentro dos inventários, e até mesmo fora dele.

No tocante à metodologia utilizada, a pesquisa bibliográfica foi o norte com a finalidade de proporcionar melhores e mais precisas informações sobre o tema.

O texto está dividido em seis partes, além desta introdução. O capítulo dois descreve os aspectos gerais da herança digital. O terceiro capítulo demonstra a necessidade da normatização da herança digital. O capítulo quatro expõe a propriedade intelectual e os bens adquiridos virtualmente. O capítulo cinco mostra o legado e suas possibilidades na herança digital. Finalmente, as conclusões são expostas no capítulo seis.

## **2 ASPECTOS GERAIS DA HERANÇA DIGITAL**

Com a evolução do ser humano e o desenvolvimento da sociedade, as necessidades foram mudando, se aperfeiçoando, e evoluindo a tal ponto que os seres humanos chegaram, pensa-se, num ponto alto da globalização; em meio a essa globalidade tem-se diversas formas de relações que devem ser entendidas e protegidas para atender as novas necessidades do homem moderno.

O direito, assim como o ser humano, sofreu evoluções ao longo dos tempos, e, no seu estágio atual, passou por várias fases para chegar nesta fase de modernidade. Contudo, nesse momento, o direito mais uma vez requer mudanças, e necessita ser reformulado, visando atender os novos questionamentos da sociedade, tendo em vista que, além dos seus preceitos basilares, o direito reflete na sociedade em que se encontra, tendo como maior desafio acompanhar os avanços.

A modernidade chegou e trouxe com ela melhorias que as vezes não se imaginava que pudessem existir, avanços que melhoraram e facilitaram cada vez mais a vida do ser humano. Pode-se dizer que o maior avanço que tivemos nos últimos tempos foi com certeza a internet, um meio que aproxima pessoas, e inovou em todos os aspectos de todas as áreas da vida humana.

Hoje em dia com profissões como *youtubers* e digitais *influencers* percebe-se que tudo está mudando para cada vez mais relações na internet, parcela considerada das propagandas televisivas foram substituídas e migradas para as redes sociais como o Instagram, YouTube, dentre outros canais sociais. Isso demonstra que o presente já é mais do que uma era digital.

Além dessas sobreditas profissões, outras foram surgindo para complementar, e a tendência é que, muitas profissões exercidas em meio físico, sejam substituídas por profissões que se desenvolvam em meio digital.

Os bancos que eram físicos aderiram à internet bank; as empresas aderiram ao *home office*; as gravadoras já nem gravam mais CD e DVD físicos, pois as suas produções são apenas lançadas em plataformas virtuais; tudo isso e muito mais foram, com o tempo, se aperfeiçoando e aderindo cada vez mais a esse meio, e é nesse meio onde se pode deixar itens de trabalho e pessoais arquivados, onde a nuvem passou a ser “amiga” de muitas pessoas.

Fagundes (2016, p. 15) deixa claro que:

A sociedade moderna está sofrendo uma rápida virtualização, ou seja, o chamado mundo virtual alcança todas as áreas. Empresas, escritórios, cobranças, atendimentos, compras e tantos outros serviços podem ser virtuais. Sendo assim as pessoas, cada vez mais adquirem os seus ativos digitais, o que implica em uma série de direitos e deveres referentes a esse novo mundo que se estabelece.

Deve-se entender que agora não tem mais para “onde correr”: o presente é digital e no futuro ter-se-á ainda mais evoluções, por isso a herança digital é um assunto tão importante para a sociedade.

### 3 A NECESSIDADE DA NORMATIZAÇÃO DA HERANÇA DIGITAL

Em meio ao cotidiano corrido de uma era globalizada e desenvolvida nos meios sociais, nem sempre é questionado o destino de todo acervo digital que se construiu em uma vida inteira, mas no século moderno, diante de todas as evoluções que sofreram os conceitos da propriedade virtual intelectual, deve-se importar e entender sobre o que fazer com o acervo deixado nos servidores.

Um tema recorrente em revistas jurídicas e artigos de grandes doutrinadores que desenvolvem pensamentos a respeito desse conceito da herança digital visa a infundir que esse conteúdo entre mais no cotidiano de todos. Isto porque, desde postagens nas redes sociais a todos os dados armazenados nos servidores de cada um, têm sim um valor agregado, podendo ser tanto os bens patrimoniais, que são os que possuem valor econômico, tanto os extrapatrimoniais que possuem valor afetivo.

Sabe-se que se deve entender a herança como o montante de direitos e obrigações que formam o patrimônio deixado *pelo de cujus*. Igualmente, sabe-se que com a abertura da sucessão as obrigações são transferidas para o sucessor que passa então ter a titularidade do patrimônio, porém no cenário atual em que se discute sobre a herança digital, os bens virtuais devem ser enquadrados dentro desse patrimônio (ISAIAS, 2020, p.13 *apud* VENOSA, 2017, p. 35).

Compreendendo o princípio *mors omnia solvit* “a morte dissolve tudo”, a abertura da sucessão e o direito de herança deve abranger tudo que se determina como do de cujus, uma vez que se está lidando com a totalidade dos bens.

O código civil de 2002 dispõem em seu art. 1.857, § 2º, que “São válidas as disposições testamentárias de caráter não patrimonial, ainda que o testador somente a elas se tenha limitado.” (BRASIL, 2020b, p. 162), com isso, o possuidor dos arquivos digitais pode através de seu testamento deixar especificado a forma com que os herdeiros devem agir perante tais dados.

No entanto, o direito no Brasil caminha a passos lentos e existem várias lacunas a respeito da herança digital, que mesmo o artigo supracitado prevê essa

modalidade de transmissão por testamento não é suficiente para suprir a demanda, uma vez que a abertura da sucessão nem sempre ocorre por testamento.

O mais perto que se pode chegar de uma normatização da herança digital é o projeto de lei nº 8.562/2017, que trouxe como justificativa para a regulamentação dos bens digitais a seguinte afirmativa:

Tudo o que é possível guardar em um espaço virtual – como músicas e fotos, passa a fazer parte do patrimônio das pessoas e, conseqüentemente, da chamada “herança digital.” [...] “No Brasil, esse conceito de herança digital ainda é pouco difundido. Mas é preciso uma legislação apropriada para que as pessoas ao morrerem possam ter seus direitos resguardados a começar pela simples decisão de a quem deixar a senha de suas contas virtuais e também o seu legado digital.” (FURTADO, 2019, p. 05).

O projeto de lei 8.562/17 proposto pelo Deputado Federal Elizeu Dionízio Souza da Silva tem a intenção de definir e delimitar a herança digital, tal projeto visa inserir os artigos 1.797-A até o 1.979-C, trazendo em seu texto:

Art. 1º - Esta Lei estabelece normas a respeito da herança digital. Art. 2º Fica acrescido o Capítulo II-A e os arts. 1.797-A a 1.797-C à Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, com a seguinte redação: Capítulo II-A Da Herança Digital “Art. 1.797-A. A herança digital defere-se como o conteúdo intangível do falecido, tudo o que é possível guardar ou acumular em espaço virtual, nas condições seguintes: I – senhas; II – redes sociais; III – contas da Internet; IV – qualquer bem e serviço virtual e digital de titularidade do falecido. Art. 1.797-B. Se o falecido, tendo capacidade para testar, não o tiver feito, a herança será transmitida aos herdeiros legítimos. Art. 1.797-C. Cabe ao herdeiro: I - definir o destino das contas do falecido; a) - transformá-las em memorial, deixando o acesso restrito a amigos confirmados e mantendo apenas o conteúdo principal ou; b) - apagar todos os dados do usuário ou; c) - remover a conta do antigo usuário. (BRASIL, 2020e, p. 02)

Deve-se compreender que para a sociedade as vezes é distante a ideia de se herdar o acervo virtual do *de cujus*, tendo em vista que muitos nem consideram como bens. Necessita-se, portanto, buscar um meio de divulgar e deixar clara para a sociedade a importância a respeito do assunto.

Apesar de a lei ser omissa quanto a herança digital e sua forma de sucessão, alguns avanços já foram considerados e deixaram marcas importantes para que o legislador consiga cumprir o seu papel de normatizar a questão posta.

A lei 12.965 de 23 de abril de 2014 define o marco civil, uma lei que veio para regulamentar o uso da internet no Brasil, sendo considerada importante para a herança digital, uma vez que fala de acervo virtual e todos os dados que se encontram nos mais variados servidores.

Outro avanço já consolidado no ordenamento jurídico brasileiro é a nova lei de proteção de dados, que em seu texto já elenca os bens digitais:

Art. 1º Esta Lei dispõe sobre o tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, por pessoa natural ou por pessoa jurídica de direito público ou privado, com o objetivo de proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural. (BRASIL, 2020d, p. 01).

Outra inovação que deve ser levada em conta para que seja regulamentada a herança digital é a nova moeda virtual a *Bitcoin*, que está ganhando seu espaço e tende a ser utilizada cada vez mais. Entretanto, como ainda não se tem jurisprudências, nem lei que a regule e, nem mesmo que houvesse regulamentação pelo Banco Central do Brasil, ficaria difícil saber a forma de se proceder quando se é herdado esse tipo de moeda:

Diante da natureza descentralizada e criptografada do *Bitcoin*, faz-se necessário que quem os possua organize em vida um método de transmissão de herança desses bens digitais, possibilitando que o inventariante e os herdeiros tenham acesso à carteira virtual. (FREITAS, 2020, p. 03)

Vê-se, pelo exposto até este ponto, que o tema abordado é de alta relevância e de extremo impacto para a sociedade. Seu tratamento legal traria outro olhar sobre os conteúdos gerados na internet, e desenvolveria uma postura mais consciente dos usuários de arquivos digitais. Visaria, ainda, tutelar a liberdade de cada indivíduo, e se podia pensar que o dinamismo do direito é exatamente para

acompanhar essas evoluções, gerando uma segurança jurídica capaz de ser eficaz perante um assunto tão delicado.

#### 4 A PROPRIEDADE INTELECTUAL E OS BENS ADQUIRIDOS VIRTUALMENTE

Tudo que se compreende como criação do ser humano advindo do seu intelecto pode ser considerado como bens imateriais sendo definido:

Desde postagens nas redes sociais, fotos, músicas, filmes, dados e arquivos armazenados em servidores; também conhecido como “nuvens”, e até senhas de bancos, acabam por tornar-se parte da propriedade virtual do indivíduo, sendo então considerado como seu legado virtual. (ZAMPIERI e ANTUNES, 2015, p.1-2)

Esses arquivos e dados são chamados de propriedade intelectual virtual, não possuem um valor econômico, mas, no entanto, não deixa de ter valor afetivo para os herdeiros, que podem sentir e lembrar do *de cujus*. Um grande questionamento acerca da propriedade intelectual é em relação ao preceito fundamental do artigo 5º da Carta Magna, que dispõe:

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:  
X - são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação. (BRASIL, 2020a, p. 02)

Dessa forma existe uma dúvida muito grande se não estaria invadindo a privacidade do *de cujus*, deixando para os herdeiros o acesso a e-mails, conversas em aplicativos. Existem vários entendimentos a respeito desse tema, e um deles é de que tudo que diz respeito à privacidade e à intimidade deve morrer com a pessoa, titular de tais direitos (TARTUCE, 2019, p. 7).

Por outro lado, entende-se que nada impede que os sucessores se apropriem desse material, caso tenha sido este o desejo manifesto do *de cujus* ou,



na hipótese de não haver declaração de última vontade, que eles possam pleitear a retirada desse conteúdo, deixando-o inacessível ao público (ROCHA, 2013, p.32).

Além da propriedade intelectual do *de cuius*, tem-se que falar em bens virtuais, que podem ser definidos como sendo:

Bens digitais são instruções traduzidas em linguagem binária que podem ser processadas em dispositivos eletrônicos, tais como fotos, músicas, filmes, etc., ou seja, quaisquer informações que podem ser armazenadas em bytes nos diversos aparelhos como computadores, celulares e tablets. (FAGUNDES, 2016, p.19)

Entre os bens digitais, diferem-se os que possuem caráter patrimonial e extrapatrimonial. “Por patrimônio, podemos enquadrá-lo como universalidade de direito, conceito expresso no Código Civil de 2002 como o complexo de relações jurídicas, de uma pessoa, dotadas de valor econômico”. (ROCHA, 2013, p. 31). Com relação aos de cunho extrapatrimonial diz-se que são os que possuem um valor afetivo, fora do comércio, que não se mensura em moeda.

As redes sociais também podem ser enquadradas como bens digitais, atualmente pode-se valorar os trabalhos realizados nesse meio, uma vez que um usuário é muito popular na internet, poderá receber dinheiro para fazer postagens de determinados conteúdos, chamados de “publipost”, com isso sua pagina começará a ter um determinado valor no mundo virtual (FAGUNDES, 2016, p. 42).

Segundo o Estadão (2020, p. 1), atualmente 74% dos consumidores se orientam por meio de suas redes sociais para realizar uma compra, de acordo com estudo realizado pela Sprout Social, e, segundo a Nielsen, 84% dos consumidores tomam decisão com base nas opiniões de fontes confiáveis, acima de outras formas de publicidade. Além disso, de 2016 para 2017, o tempo gasto pelos brasileiros na internet dobrou, de 8 horas semanais para 16 horas semanais. De olho nesses dados, as empresas apostam forte nos influenciadores.

## **5 O LEGADO E SUAS POSSIBILIDADES NA HERANÇA DIGITAL.**

Quando se fala em morte, logo se pensa na abertura da sucessão. Logo se pensa em tudo que será feito com o que foi deixado pela pessoa que faleceu. Diante

da herança digital tem-se a questão das contas nas redes sociais, que devem ser definidas sobre o que será feito com elas para que sejam respeitados tanto o direito dos herdeiros, assim como o direito do *de cujus*. Assim, elucida Furtado:

No Brasil, esse conceito de herança digital ainda é pouco difundido. Mas é preciso uma legislação apropriada para que as pessoas ao morrerem possam ter seus direitos resguardados a começar pela simples decisão de a quem deixar a senha de suas contas virtuais e também o seu legado digital. (FURTADO, 2019, p. 05)

Quando se trata da sucessão testamentária, respeita-se a vontade do *de cujus*, porém, quando este não testa, deve-se obedecer às regras previstas no artigo 1.829 do CC/2002 que esclarece:

Art. 1.829. A sucessão legítima defere-se na ordem seguinte:

I – aos descendentes;

II – aos ascendentes;

III – ao cônjuge sobrevivente;

IV - aos colaterais;

V - aos Municípios, ao Distrito Federal ou à União. (BRASIL, 2020b, p. 160)

A questão do legado virtual ainda é pouco difundida, não se tem regras específicas a seu respeito e muitos dos herdeiros ficam perdidos após a abertura da sucessão. Até então ainda não é muito realizado, contudo, quando se entende mais a respeito da propriedade intelectual virtual, deve-se compreender que as redes sociais se enquadram nos bens a serem herdados e devem ser transmitidos juntamente com o patrimônio. Eis um posicionamento doutrinário, neste sentido:

Sobre as manifestações que podem ser feitas pelo falecido, ainda em vida, perante as redes sociais, sabe-se que o Facebook oferece duas opções. A primeira delas é de transformar o perfil da pessoa em um memorial na linha do tempo, permitindo homenagens ao falecido. A segunda opção é a exclusão do conteúdo por representante que comprove a morte do usuário. O Google, por sua vez, permite uma espécie de testamento digital informal, em que o usuário pode escolher até dez pessoas que receberão as informações acumuladas em vida. O Twitter autoriza que os familiares baixem todos os tweets públicos e solicitem a exclusão do perfil, em procedimento que tramita perante a própria empresa. Por fim, merece

destaque a solução dada pelo Instagram, que autoriza a exclusão da conta mediante o preenchimento de formulário online com a comprovação de tratar-se de membro da família, sendo possível igualmente a transformação do conteúdo em um memorial. (TARTUCE, 2018, p. 07)

Portanto apesar da falta de instrução normativa, já existem algumas possibilidades para a ser realizado o legado digital perante as redes sociais, fazendo com que os herdeiros exerçam seu direito a toda propriedade intelectual do *de cujus*.

## 6 CONCLUSÃO

Diante do exposto, se consegue demonstrar e entender quão evoluída está a sociedade, vivendo em uma era moderna, cheia de avanços tecnológicos, onde as relações se transportaram para a internet e ali se firmaram.

Com tudo isso, é evidente que as normas brasileiras se tornaram antiquadas e obsoletas frente a tamanha modernidade, o direito não consegue abranger as novas demandas relacionadas as questões do direito sucessório, deixando de legislar a respeito de um tema tão atual.

A problemática da herança digital é a sua falta de determinação normativa, que assegure o modo de ser realizada essa sucessão e que defina limites para tal. Um projeto de lei foi apresentado sugerindo a inclusão da herança digital no Código Civil de 2002, nele são definidos os bens da herança digital e a sua forma de realização, entretanto, lamentavelmente, o projeto encontra-se arquivado.

Os bens digitais e a propriedade intelectual devem ser incluídos no patrimônio do *de cujus*, ocorrendo a sua sucessão, sendo garantidos aos herdeiros, uma vez que atualmente pode-se dizer que os bens digitais possuem, sim, valor econômico agregado e a propriedade intelectual um valor afetivo inestimável.

O legado e todas as suas possibilidades face a herança digital devem ser analisados pelo legislador que deve definir até onde vai os direitos personalíssimos da pessoa já falecida, e, de outro lado, o direito de sucessão a ser exercido pelos herdeiros relativos a esses mesmos direitos.

É notória a omissão do legislador perante o tema, devendo a herança digital ser pauta de discussão e votação no Congresso Nacional, pois diante de tantas evoluções o direito deve assegurar ao povo que todas as suas demandas tenham

legislação para serem sanadas, nomeadamente aquelas alusivas às pessoas que já não mais estão vivas e, com efeito, não podem expressar os seus sentimentos.

O Estado está sendo falho e, por isso, deve, como garantidor de direito, prevê qual destinação deve ser dada aos bens em comento, sanando o hiato legiferante a esse respeito, apesar de a CF/88 e de o CC/2002 não trazerem em seu bojo o tema da herança digital, esta enquadra-se como direito fundamental fazendo alusão ao direito sucessório.

Portanto, devem-se ser criadas normas para a instituição da herança digital no ordenamento jurídico brasileiro, sendo fato que muitos estão sendo prejudicados pela falta do amparo legal, o legislador brasileiro deve exercer seu papel e assegurar que esse novo tipo de instituto de herança tenha suas regras delimitadas.

## REFERÊNCIAS

ALBURQUEQUE, Daniel Pereira, SANTOS, João Costa. Herança digital: as redes sociais e sua proteção pelo direito sucessório brasileiro. 05 dez. 2019. Disponível em: <https://ambitojuridico.com.br/cadernos/direito-civil/heranca-digital-as-redes-sociais-e-sua-protecao-pelo-direito-sucessorio-brasileiro/>. Acesso em: 18 out 2020.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988: atualizada até a emenda constitucional nº 108, de 26.08.2020. Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 15 out. 2020a.

BRASIL. **Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002**. Institui o código civil. Brasília, DF: Presidência da República, 2002. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2002/l10406compilada.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10406compilada.htm). Acesso em: 15 out. 2020b.

BRASIL. **Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014**. Estabelece princípios, garantias, direitos e deveres para o uso da internet no Brasil. Brasília, DF: Presidência da República, 2014. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2014/lei/l12965.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l12965.htm). Acesso em: 15 out. 2020c.

BRASIL. **Lei nº. 13.709, de 14 de agosto de 2018**. Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD). Brasília, DF: Presidência da República, 2018. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2014/lei/l12965.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l12965.htm). Acesso em: 15 out. 2020d.

BRASIL. **Projeto de lei federal 8.562/2017**. Altera a lei federal 10.406/02 na parte geral do livro V que dispõe sobre o direito das sucessões. Brasil: Câmara dos deputados, 2017. Disponível em:

[https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra;jsessionid=85BB792148C34CB1766D561F5E9715BD.proposicoesWebExterno1?codteor=1604326&filenome=Avulso+-PL+8562/2017](https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=85BB792148C34CB1766D561F5E9715BD.proposicoesWebExterno1?codteor=1604326&filenome=Avulso+-PL+8562/2017). Acesso em: 20 out. 2020e. Texto Original.

BELTRAME, Renan. Tudo o que os advogados precisam saber sobre Herança Digital. **Aurum**, Santa Catarina, 2 Jan. 2019. Disponível em: <https://www.aurum.com.br/blog/heranca-digital/> . Acesso em 16 out. 2020.

DINO. Influenciadora digital: profissão é nova aposta de mercado, diz master coach. 03 maio 2018. Disponível em: <https://www.terra.com.br/noticias/dino/influenciadora-digital-profissao-e-nova-aposta-de-mercado-diz-master-coach,c05fe5ddf22d5d7d3a3c26145baefd15nu1qlm3i.html>. Acesso em: 20 out. 2020.

ESTADÃO. Digital influencer ganha popularidade na internet por dar dicas de moda e maquiagens? 11 jan. 2019. Disponível em: <http://patrocinados.estadao.com.br/medialab/releaseonline/releasegeral-releasegeral/geral-digital-influencer-ganha-popularidade-na-internet-por-dar-dicas-de-moda-e-maquiagens/>. Acesso em: 20 out. 2020.

FADISMA. A herança digital e a sua necessidade de implementação no processo de modernização do ordenamento jurídico brasileiro. **Anais da Semana Acadêmica**. Fadisma Entrementes. 12. ed. Santa Maria: 2015. ISSN 2446-726X.

FARIAS, Daniele ribeiro Gonzaga. Herança digital. **Migalhas**, 19 jun. 2019. Disponível em : <https://migalhas.uol.com.br/depeso/304718/heranca-digital>. Acesso em: 20 out. 2020.

FAGUNDES, Moises Lara. **Herança digital**. Porto alegre: edição do autor, 2016.

FURTADO, Larissa Barbosa. **A herança digital na perspectiva dos direitos da personalidade**: a sucessão dos bens armazenados virtualmente. 2017. 73 p. Trabalho de conclusão de curso – Universidade federal do Ceará Faculdade de direito, Fortaleza, 2017.

FURTADO. Gabriel. O problema da herança digital. Instituto de Ensino Superior. Teresina, 11 abr. 2019. Disponível em: <https://www.somosicev.com/o-problema-da-heranca-digital/>. Acesso em 17 out. 2020.

FREITAS, Bruna Lauviah Pinto silva. Reflexões sobre a herança digital e o bitcoin. **Conjur**, são Paulo, 24 maio, 2020. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2020-mai-24/bruna-lauviah-reflexoes-heranca-digital>. Acesso em 16 out. 2020.

ISAIAS, Michely Rayane Souza. Herança e transmissão de bens armazenados em meio virtual. **Jus**. Teresina, 04 abr. 2020. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/81494/heranca-e-transmissao-de-bens-armazenados-em-meio-virtual>. Acesso em: 21 out. 2020.

RICARTE, Flávio; MANZEPPI, Eduardo. Ainda sem legislação específica, herança digital requer atenção. **Conjur**, São Paulo, 17 fev. 2020. Disponível em:

<https://www.conjur.com.br/2020-fev-17/opinio-legal-legislacao-especifica-heranca-digital-requer-atencao>. Acesso em: 18 out. 2020.

ROCHA, Isabela Lima. **Herança digital**: direitos sucessórios de bens armazenados virtualmente. 2013. 57 p. Trabalho de conclusão de curso – Universidade de Brasília, Brasília, 2013.

TARTUCE, Flávio. Herança digital e sucessão legítima primeiras reflexões. **Revista jurídica luso-brasileira**, Portugal, 05, n.1. Disponível em: <https://www.cidp.pt/publicacao/revista-juridica-lusobrasileira-ano-5-2019-n-1/186>. Acesso em: 16 out. 2020.

VALADARES, Nathalia Campos. Herança digital: a morte e a (in)transmissibilidade de conteúdo digitais, *In*: RIOS, C.S, LASMAR, G. M, RODRIGUES, W.E.J (org.). **Relações familiares e o direito sucessório**. Belo horizonte, 2019. p. 129-146.